

# O Plan Noel e a Plaza de Mayo: Política, pensamento urbano e espaço cívico em Buenos Aires

Ana Carolina Oliveira Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo versar sobre a dimensão política da *Plaza de Mayo*, localizada em Buenos Aires, capital argentina. Essa praça, que se constituiu não só em torno do governo local, mas também de um centro financeiro e religioso, foi historicamente expressão de diversas ações cívicas e coletivas. Buscamos compreender, a partir do processo anterior à ocupação deste espaço, sua concepção e reafirmação como lugar essencialmente político. Este espaço atualiza o sentido de poder na sociedade argentina e, portanto, não está alheio às disputas políticas que se efetivam no espaço público e nele se materializam. Para compreender as transformações deste espaço como intencionais escolhemos o *Proyecto Orgánico de Urbanización de Buenos Aires*, elaborado entre 1923 e 1925 que incorporou o tema dos espaços públicos como um dos instrumentos de reforma urbana privilegiados, realizando a articulação planejada de diversos centros cívicos como a *Plaza de Mayo*. Esse documento sintetizou uma intensa negociação entre diversos setores sobre a maneira de pensar a cidade, já que posições foram debatidas e enfrentadas constantemente. Tais embates deixam claro que o espaço urbano se configura a partir destas disputas e que é em resposta às próprias mudanças políticas que a sociedade e a cidade vão se delineando.

**Palavras-Chave:** Buenos Aires; *Plaza de Mayo*; Pensamento Urbano.

## Introdução

A cidade de Buenos Aires no final do século XIX foi alvo de um grande processo de modernização. Enquanto este foi proposto pelo Estado seguindo parâmetros específicos, a ocupação efetiva ocorreu de forma menos dirigida e ordenada. As ruas e praças da capital portenha constituíram locais privilegiados de manifestações, festas e rituais realizados por indivíduos e grupos com demandas específicas que entendem essas

<sup>1</sup> Estudante de pós-graduação (mestrado) em História, na área "Política, Memória e Cidade" pela Universidade Estadual de Campinas. Contato: anacarolinaoa@hotmail.com



apropriações como forma de expressão pública de suas vontades<sup>2</sup>. Nesse contexto, a infinidade de expressões de diversos sujeitos no espaço de Buenos Aires, tomando ruas e praças, comumente ocorre na intenção de manifestar demandas, sobretudo quando se considera um espaço específico para entender essa ressignificação urbana: a *Plaza de Mayo*<sup>3</sup>. As praças, que constituíam espaços centrais da civilidade na época colonial, se tornam, ao longo da história, verdadeiros locais de negociação entre diversos grupos – caso exemplar da *Plaza de Mayo*, que acolheu elementos que reverberariam em toda a nação. Tais negociações ficam evidentes não só quando consideramos seus usos e ressignificações constantes, mas também desde como este espaço foi projetado e concebido.

Um estudo dos espaços coletivos na cidade nos permite constatar a complexidade de formas e funções adquiridas por estes nas diversas civilizações. A praça constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental e, como espaço coletivo, recebeu acontecimentos relevantes da vida cotidiana, estando sempre vinculada aos momentos de transformações das cidades. Desde a antiguidade até a era contemporânea, essas praças representaram a síntese da organização urbana e se constituíram como lugares propícios à interação social, marcando a própria identidade destas cidades. Estes locais, por meio de diferentes processos de apropriação, passam constantemente por um processo de ressignificação. As praças se configuram como local privilegiado, portanto, por seu caráter coletivo e multifuncional, sendo elemento fundamental de políticas de intervenção urbana<sup>4</sup>. Elas são espaços capazes de se adaptar às transformações das cidades e que permitem apropriações diversas, que fazem com que adquiram, ao longo da história, várias formas e funções, mas continuem essencialmente como espaços coletivos de vital importância na vida urbana.

Os diferentes usos feitos das praças, historicamente falando, são nítidos. Uma primeira acepção do vocábulo *plaza* o define como um espaço da cidade destinado ao comércio, à reunião e à realização de festividades de todos os tipos. Vinculado a este primeiro, uma segunda definição fazia alusão ao seu caráter público como lugar onde

<sup>2</sup>LOBATO, Mirta Zaida (Ed.). *Buenos Aires: manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2011

<sup>3</sup>Optamos por conservar a grafia original do nome da praça por consideramos que este já carrega grande carga de significado.

<sup>4</sup>CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR\\_CALDEIRA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf)



se toma conhecimento de notícias e são comunicadas normas e decisões governamentais. Assim, esta definição estava relacionada com o tornar público, em uma referência implícita a um espaço que possibilitava tornar algo conhecido por todos<sup>5</sup>. O que constitui o foco deste estudo é esta praça específica da capital portenha que emerge como elemento de reivindicações sociais, manifestações, passeatas políticas, protestos e outros. Algumas praças ficaram famosas e acabaram adquirindo um papel simbólico. A *Plaza de Mayo* localiza-se no micro centro<sup>6</sup> da cidade de Buenos Aires e configurou-se, ao longo de sua história, como um lugar de diversas memórias, manifestações cívicas e ações coletivas.

Há mais de quatro séculos, a *Plaza de Mayo* configura-se de forma central no espaço urbano da capital argentina e é derivada da colonização e conquista espanhola do território americano<sup>7</sup>. A *Plaza* surge da segunda fundação do local, em 1580, e era chamada anteriormente de *Plaza Mayor*, estabelecendo-se como local de acontecimentos históricos relevantes, tal como a Revolução de Maio (1810), da qual herdou seu atual nome<sup>8</sup>. Encontra-se hoje no bairro de Monserrat, tem formato retangular e é delimitada pelas ruas Hipólito Yrigoyen, Balcarce, Bernardino Rivadavia e Simón Bolívar. Três linhas de metrô possuem estação próxima à praça e a ela se ligam ainda avenidas de grande importância como a Avenida de Mayo, que a conecta com a *Plaza del Congreso*, e as Avenidas Diagonais Sul e Norte – configuração material que acentua a centralidade da praça na dinâmica urbana. Além disso, ao longo de sua existência, reuniram-se ao seu redor importantes instituições como o *Cabildo*, antiga sede da administração colonial, a Casa Rosada, sede do governo da República, o Banco de la Nación e a Catedral Metropolitana de Buenos Aires. A praça se constituiu em torno não só do governo local, mas também de um centro financeiro e de uma instituição religiosa e é percebida como um espaço urbano plural, com o qual diversos agentes interagem diariamente. A *plaza* é, portanto, foco deste estudo por este caráter público, que permite uma clara compreensão do

<sup>5</sup>NOVICK, Alicia; FAVELUKES, Graciela. Plaza. In: Christian Topalov; Stella Bresciani; Laurent Coudroy de Lille; Hélène Rivière D'Arc. (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. 1ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 498-506.

<sup>6</sup>Micro centro é uma região composta por uma área financeira de 60 quadras, sendo uma área de vital importância para a cidade.

<sup>7</sup>BERJMAN, Sonia. *La plaza española en Buenos Aires, 1580-1880*. Buenos Aires: Kliczkowski, 2001.

<sup>8</sup>A Revolução de Maio foi um movimento ocorrido no início do século XIX que visava a emancipação do vice-reinado do Prata da Coroa espanhola e responsável pelo nome concedido à praça. Ver: LLANES, Ricardo. Antiguas Plazas de la Ciudad de Buenos Aires. *Cuadernos de Buenos Aires* 48. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1977.



entrelaçamento da esfera política, dimensão simbólica e a própria materialidade da cidade.

Para além da dimensão material, também deve ser considerada a dimensão simbólica e, portanto, subjetiva da cidade, como elemento de sua constituição. Concordamos com estudos que têm ressaltado a importância de se ampliar as análises sobre as cidades como objeto para a história, a fim de permitir uma compreensão mais rica a partir de narrativas e vivências que cumprem diversos papéis rotineiramente – sejam políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Como atesta Christophe Prochasson, ao ampliar as indagações do campo político, este não se reduz a sua dimensão cognitiva, mas também às simbólicas e afetivas, sendo feito com um conjunto de signos que conclamam identidades e transbordam das instituições que habitualmente a abrigaram<sup>9</sup>. A política, segundo Hannah Arendt, existe quando os homens agem e se comunicam coletivamente, o que requer um espaço onde os homens possam se encontrar e interagir através da ação e da palavra<sup>10</sup>. A autora defende, portanto, uma noção de esfera pública como lugar que gera a vida política. Para Adrián Gorelik, a categoria de espaço público funciona como uma categoria-ponte que coloca em um mesmo recipiente conceitual duas dimensões da sociedade: a da política e a da cidade<sup>11</sup>. O conflito, segundo o autor, é inerente à definição do espaço público. Convém, portanto, decompor estas partes para compreender o que se passa com a cidade e com a política – além de suas íntimas correlações.

Para compreender as intervenções no espaço da cidade é necessário atentar para as mudanças da própria política. Como Carl Schorske observou no caso de Viena, também aqui o entrelaçamento entre cidade e política se faz muito presente. Ao estudar a construção de um conjunto arquitetônico na capital austríaca – na chamada *Ringstrasse* – Schorske traz à tona o conflito que jaz escondido e solidificado nesta suposta harmonia entre os significados simbólicos de estilo dos edifícios<sup>12</sup>. A teoria de Schorske evidencia os conflitos ocultos na cidade, que são tão importantes, porém, em sua constituição. A Plaza foi e é um espaço constantemente

<sup>9</sup>PROCHASSON, Christophe. "Emoções e política: primeiras aproximações". *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n.34, 2005, p. 305-324

<sup>10</sup>ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 59-83.

<sup>11</sup>GORELIK, Adrian. O romance do espaço público. In: *Arte & Ensaios*, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

<sup>12</sup>SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-siècle*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.



contestado. Não só sua ocupação, mas também os projetos para esse espaço são resultantes de disputas políticas entre interesses de subgrupos participantes da elite e suas tentativas de moldar a política e a cidade de Buenos Aires, que passava por mudanças rápidas. Fica claro que nesse ambiente construído, projetam-se reivindicações de poder e de valores culturais assim como as verificadas no caso austríaco, e cabe investigar historicamente como se dá esse processo.<sup>13</sup>

O recorte temporal deste trabalho se concentra em um marco específico: O projeto orgânico para urbanização da cidade de Buenos Aires, datado de 1925. O projeto orgânico incorporou o tema dos espaços públicos como um dos instrumentos de reforma urbana privilegiados e realizou a articulação planejada de diversas escalas de espaço público: dando atenção a centros cívicos, como a *Plaza de Mayo*, que poderiam se relacionar com a reestruturação da área metropolitana numa tentativa de consolidar esta área como centro governamental, onde localizar-se-iam novos ministérios.

## O Projeto Orgânico de 1925

Torcuato de Alvear, o primeiro intendente de Buenos Aires, assumiu a responsabilidade de, durante sua gestão – que foi, de maneira geral, durante a década de 1880<sup>14</sup> – transformar fisicamente a cidade que assumira o papel de capital. O intendente ratificou a valorização simbólica e espacial da *Plaza de Mayo*, começando sua ação por este espaço central. Ao eliminar a função comercial da praça com a demolição do edifício da *Recova*<sup>15</sup> – que não se enquadrava nos usos da cidade que se pretendia moderna – ganhou destaque a ideia de amplificar o âmbito da praça em consonância com maior densidade de usos dados a área central. Essa demolição

<sup>13</sup>SCHORSKE, Carl. Museu em espaço contestado: a espada, o cetro e o anel. In: *Pensando com a História*. indagações na passagem para o modernismo, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>14</sup>Ainda que em 1880 Buenos Aires fosse administrada por uma Comissão Municipal, a partir de 1883 foi criado o posto de intendente. Torcuato de Alvear foi o primeiro a ocupar esse cargo e ocupara também durante os três anos anteriores a presidência da comissão. O intendente, representante da *Generación del 80* – grupo cujas ideias e ações emparelhavam-se com o positivismo, pois acreditavam no progresso na ciência e na tecnologia como formas de resolver todos os problemas dessa cidade em vias de se modernizar – encabeçou projetos que buscavam alterar a imagem da cidade para que esta sustentasse ideias de expansão da ordem e da civilização defendidas por este grupo.

<sup>15</sup>Ainda no século XVIII, foi sugerida a construção de um edifício que se destinasse ao mercado da cidade. A construção da Recova aconteceu em 1803 para servir de centro a vendedores ambulantes que circulavam por aquela área da cidade. Era propriedade de uma família que alugava seus espaços para comerciantes.



representou não só a perda de um edifício, mas a ratificação de uma ideologia que buscava eliminação de formas tidas como atrasadas e buscando outras que agora representassem a emancipação argentina<sup>16</sup>.

As transformações dos espaços públicos, que passam a incorporar novos usos e funções, são consequências das mudanças da própria sociedade. Os processos de mudança afetam a aparência das cidades em diferentes níveis: a paisagem urbana, o tecido urbano e o traçado. A *generación del 80* considerou ter direitos de alterar estes três níveis por se considerar fundadora de uma nação civilizada. Para tal, a cidade necessitaria de mudanças físicas que demonstrassem, como assinalou Gorelik, que era epicentro de uma ação reformista, nacionalista e exemplificadora<sup>17</sup>. A arquitetura era encarada, portanto, como meio capaz de sintetizar o espírito de uma civilização e foi um elemento que colaborou para a tarefa de fortalecimento da alma nacional que se expressou, portanto, também nas transformações urbanas. Esses projetos revelam como as expressões arquitetônicas ajudaram a moldar a construção ideológica de um determinado imaginário. Nossa intenção aqui é seguir caminho similar: compreender como essa materialidade deve ser lida, no caso argentino da *Plaza de Mayo*, para que possamos identificar discursos que se expressam nas transformações da cidade e deste espaço.

Gerações posteriores, com talvez menos poderes do que a dos 80, mas com a mesma retórica também se consideraram habilitadas a atuar sobre o espaço da cidade, principalmente da *Plaza de Mayo* e seu conjunto, afetando não só sua aparência, mas seu simbolismo. Ao longo da década de 1920 houve na Argentina um intenso debate sobre a arquitetura e suas finalidades, que está entrelaçado com a relação entre a cidade e sua transformação não só material, mas também simbólica. Estes temas deixam de ser exclusividade dos círculos intelectuais e ganham um aspecto público, além de uma centralidade, que era nova. O *Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio*, segundo Noemí Adagio, é um documento em que se pode observar o entrelaçamento imbricado entre arquitetura e urbanismo<sup>18</sup>. A autora ainda afirma que este plano demonstra uma tensão entre a tradição disciplinar de

<sup>16</sup>GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: Evolución Urbana, 1536 - 2000*. Buenos Aires: CEDODAL - Librería Concentra, 2014.

<sup>17</sup>GORELIK, Adrian, "Celebración y representaciones de la ciudad", In: *La grilla y el parque espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*. Quilmes, UNQUI, 1998, p. 205.

<sup>18</sup>ADAGIO, Noemí. "El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)". *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999





seus autores, a aceitação dos condicionamentos históricos da própria cidade e as demandas de um programa político.

O projeto, elaborado em 1925, nos permite analisar as intenções políticas para com este espaço público<sup>19</sup>. Busca-se, neste momento, identificar e problematizar como se entrelaçam essas disputas e a materialidade do espaço. No projeto são apresentadas quatro propostas de modificação para a *Plaza de Mayo*, seguindo uma tendência de manter seu caráter de expoente da grandeza nacional. Para tal, a ideia central era a concentração de grandes instituições ao redor da mesma: onde se localizariam todos os ministérios do Estado. Isso facilitaria as relações entre as distintas repartições e, além disso, estaria vinculado a um alto conceito estético de acentuar o caráter monumental da cidade como capital argentina. Verificar-se-á se as intenções e projetos refletidos no primeiro momento permanecem em meio a estas disputas, materializados nesse espaço, ou se, por outro lado, pode ser identificada uma ruptura de intenções e de projetos.

Seria o intendente Carlos Noel quem daria ao crescimento da cidade uma orientação mais efetiva. Noel assumiu como intendente da cidade em outubro de 1922, designado por Marcelo T. de Alvear depois que este assumiu a presidência, e permaneceu no cargo até o início do ano de 1927. Estudou no Colégio Nacional de Buenos Aires e posteriormente cursou diplomacia na Universidade de Sorbonne, e, quando nomeado intendente, era embaixador argentino no Chile.

Noel se dispôs a formar uma equipe de trabalho para estudar o desenvolvimento da cidade, a qual denominou *Comisión de Estética Edilicia (CEE)*. Uma de suas intenções era resolver os problemas dos novos bairros populares e reduzir o desequilíbrio entre eles e o centro portenho. Esta comissão era integrada por quatro importantes instituições: a Sociedade Central de Arquitetos, o Ministério de Obras Públicas, a comissão Nacional de Belas Artes e a Municipalidade da cidade de Buenos Aires, cujos representantes eram, respectivamente, o arquiteto Carlos Morra, o engenheiro Sebastián Ghigliazza, o arquiteto Martín Noel, irmão do intendente, e o Arquiteto René Karman. Além dos nomes citados, para a elaboração

---

<sup>19</sup>Cabe aqui uma nota de agradecimento às Bibliotecas Técnicas do Ministério Economia de Buenos Aires, principalmente a de Obras Públicas, na qual tivemos acesso ao Projeto de 1925. Além disto, agradecemos a toda a ajuda concedida por Alicia Novick e pelo Instituto de Arte Americano Mario Buschiazzi em nossa coleta de fonte.



do projeto, a Comissão recebeu ajuda direta do arquiteto francês Jean-Claude Nicolas Forestier<sup>20</sup>.

Carlos Morra nasceu na Itália e era promotor do neo-renascimento italiano, além de presidente da Sociedade Central de Arquitetos. Sebastián Ghigliazza era italiano, diretor de arquitetura do Ministério de Obras Públicas desde 1911 e responsável por obras como a do Museu Argentino de Ciências Naturais. Martín Noel era argentino e havia estudado na École Special d'Architecture e na École de Beaux Arts, ambas em Paris, um dos promotores da arquitetura neocolonial americana. René Karman era nascido na França, professor de Escuela de Arquitectura de la Universidad de Buenos Aires desde 1912 e impulsor do neoclassicismo.

Em 19 de abril de 1923 foi constituída a C.E.E. com o objetivo de levar adiante um estudo de reforma para a cidade. O Plano anunciado pela intendência teria um propósito estético e harmonizador, mas sua redação transcendia estes aspectos e apontava para prover uma estrutura a totalidade da cidade e, principalmente aos subúrbios<sup>21</sup>. Em 1925, a Comissão lançou o *Proyecto Orgánico de Urbanización del Municipio* que vinha sendo desenvolvido desde 1923 e envolvia uma série de discussões como abertura e alargamento de avenidas, ampliação da rede de metrô e extensão da rede de infraestrutura a toda a cidade. Este plano possuiu clara orientação a solucionar os problemas dos setores populares além do aspecto embelezador priorizado até então.

Cada um dos integrantes da comissão tinha trajetórias definidas sem antecedentes ligados ao tema urbano até então. O urbanismo, entretanto, não era desconhecido nem ignorado nos componentes do plano. Nas memórias do plano são mencionados nomes de vários especialistas já conhecidos, como Camilo Sitte<sup>22</sup> e Ebenezer Howard<sup>23</sup>, e na bibliografia se cita a revista especializada “*Der Städtebau*”, inspirada pela Escola Alemã de Planificação de Cidades. Na metodologia de trabalho da própria comissão estão latentes algumas premissas do urbanismo moderno, tais como os estudos sociais das propostas e a extensão da análise dos problemas da cidade para a região na qual está inserida. Também

<sup>20</sup>Uma das fundamentações do projeto deixa claro que, caso houvesse a necessidade, poderia ser solicitada a colaboração de qualquer outra pessoa ou conselheiros técnicos – argentinos ou estrangeiros.

<sup>21</sup>LIERNUR, Jorge Francisco.; PSCHÉPIURCA, Pablo. *La red austral. Obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en la Argentina (1924-1965)*. Buenos Aires: Prometeo, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

<sup>22</sup>Autor do estudo “Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos” no qual realiza uma análise das cidades na história, propondo repensá-las a partir de seus espaços, tais como praças.

<sup>23</sup>Precursor das ideias de cidade-jardim





na bibliografia se faz referência ao movimento *City Beautiful*<sup>24</sup> e ao *Civic Art*<sup>25</sup>, que brindam sustentos teóricos dessa proposta. Grande parte dos projetos para cidades da América Latina nesta década e na seguinte demonstravam uma forte preocupação com a forma urbana na cidade como obra de arte – ideia que permeava o imaginário de diversos agentes desta trama.

O *Plan Bouvard*<sup>26</sup> foi recuperado nesse contexto por ter sido o ‘único anterior a considerar a cidade de maneira integral, ainda que de maneira diferente daquela que se pretendia agora. Este plano tinha cumprido seu objetivo de ornamentar o centro da cidade para a comemoração do Centenário da Independência<sup>27</sup>, perpassando sem grande atenção seus outros pontos. Este novo plano, ao contrário, buscava recuperar algumas tendências do anterior além de outras propostas e lançar um novo e ampliado olhar para o conjunto da cidade de Buenos Aires, como a inauguração da linha de metrô em 1913 e um contrato assinado no mesmo ano visando à construção de habitações populares<sup>28</sup>. Do plano anterior restaram as indagações sobre o urbanismo na capital e, principalmente, a ideia das avenidas diagonais que saíam da *Plaza de Mayo*<sup>29</sup>, às quais, entretanto, foram agregados valores diferenciados nas novas propostas.

Fica clara a intenção de dotar a cidade do que se considerava essencial para consagrar seu status como Capital: esta deveria tornar-se moderna para simbolizar tudo que buscava representar. O propósito do projeto, claramente descrito e reiterado em suas páginas, era de adaptar as condições históricas, políticas, econômicas e sociais da Argentina ao conceito de modernidade das grandes cidades para se incorporar ao ritmo e às necessidades de então. A cidade de Buenos Aires necessitaria de um programa moderno para aproveitar suas riquezas e colocar “*un poco de orden*

<sup>24</sup>Foi um movimento surgido no final do século XIX que buscava pautar a arquitetura e o urbanismo nas premissas de embelezamento e monumentalidade. A busca pela beleza era uma forma de promoção de harmonia social, já que o movimento enfatizava a ordem e dignidade dos espaços urbanos além o aspecto monumental da arquitetura.

<sup>25</sup>Expressão que designa um movimento que une a composição estética com a otimização funcional buscando alcançar a beleza urbana e valorizando a arte além da necessidade de estudo do entorno.

<sup>26</sup>Desenvolvido pelo arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard, foi um plano urbanístico para a cidade de Buenos Aires que projetou uma série de obras públicas focadas nas comemorações que se aproximavam.

<sup>27</sup>A revolução de maio, citada anteriormente, comemorou cem anos em 25 de maio de 1910 e as comemorações foram muitas além de grandiosas. A ideia das elites governantes era reiterar a imagem e progresso e grandeza do país na data que celebrava sua libertação da Espanha e a constituição o primeiro governo efetivamente argentino.

<sup>28</sup>SPROVIERI, Eduardo Juan. *Historia de las ciudades: en busca del suelo perdido*. Buenos Aires: Diseño, 2014.

<sup>29</sup>As diagonais norte e sul fariam a conexão da praça com outros pontos relevantes para a cidade.



*em el caos*”<sup>30</sup>. A modernização pretendida coincidiu com a introdução gradual de engenheiros dentro dos organismos estatais, consagrando algumas temáticas neste processo.

Como indicado pelo próprio nome da Comissão, seu foco era em intervenções monumentais e, fundamentalmente, na implementação de avenidas e diagonais que estavam dispersas nos pensamentos e planos sobre a cidade, sem incorporar algumas áreas desenvolvidas<sup>31</sup>. A realocação de edifícios públicos, principalmente o da municipalidade, foi um dos objetivos das propostas baseadas em uma descentralização que permitiria a expansão da cidade. Ao mesmo tempo, construções de ministérios localizados ao redor da Plaza reafirmam a ideia de centralidade, demonstrando a pluralidade dos critérios. A partir do status como capital, a cidade se modificou fisicamente de maneira intensa para se incorporar o conceito de moderno.

Segundo Almandoz, o plano urbano de Buenos Aires foi completamente pautado no urbanismo francês. O autor intenta, a partir do estudo da experiência de diversos países em uma perspectiva comparada, mostrar como as cidades capitais latino-americanas desenvolveram processos de transformação urbana com pontos de convergência através da adaptação de modelos importados pela europeização. Cabe aqui destacar, entretanto, nossa rejeição à ideia de modelos por gerarem certa cristalização das tendências urbanas e arquitetônicas, nos prendendo em modelos explicativos que viram regras. É importante, para tal, ter em mente a elaboração destes e inseri-los em uma conjuntura de temporalidade que nos permita compreender suas especificidades e abandonar tais esquemas rígidos, que já nascem desde o ponto de partida com resultados quase que certos.

O novo plano é, portanto, um documento que se propõe a conciliar uma ampla gama de projetos – que envolvem anteriores além de novas propostas – como uma etapa predecessora para a realização de um Plano Regulador para a cidade. Segundo Alicia Novick, o próprio título nos mostra que não se trata de um plano ligado ainda com uma imagem cartográfica, mas um projeto que se refere ao organismo da cidade e para a qual se projeta uma nova proposta moderna, racional e metódica para sua reforma e regulação<sup>32</sup>. Um documento, portanto, com intenções globais sobre a

<sup>30</sup>Carta del intendente Carlos Noel al Ministro del Interior publicada na CEE.

<sup>31</sup>ALMANDOZ, Arturo(org). *Planning Latin America's Capital Cities – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

<sup>32</sup>NOVICK, Alicia. “Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)”. *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.



cidade e sua vida coletiva, que é social, espacial, funcional, servindo ao objetivo de reequilibrar a estrutura urbana de Buenos Aires transformada pelo crescimento. Prevalece ainda, porém, a necessidade de descobrir e conservar a identidade assegurando o sistema urbano.

Depois da comemoração do centenário, o foco dos debates foi do embelezamento para os problemas de habitação. A própria *Lei Sáenz Peña*, que ampliou a participação política, representou a emergência de novos atores sociais com demandas que exigiam novas pautas, como projetos que envolviam as condições e vida na população, controlando o próprio espaço urbano<sup>33</sup>. Essa necessidade corresponde a uma demanda que, neste novo momento, é formulada no meio técnico e envolve também reformistas sociais. Alguns anos depois, passada a crise do fim da guerra, a melhor situação financeira e a mudança de governo permitiram novo foco nas grandes obras públicas que, como antes, necessitavam de legitimação. Assim, a oscilação entre as esferas do embelezamento e do equipamento urbano foi observada no projeto.

O projeto dá conta da evolução histórica da cidade, efetuando estudos exaustivos de estatística populacional e de edificação, entre outros. Os estudos diagnósticos, segundo Novick, aparecem como justificativas às decisões tomadas no projeto. O estudo da história da cidade é uma forma de legitimar as intervenções no espaço. Para preparar esse vasto plano, como afirmado no próprio texto, se empenharam em analisar os antecedentes, buscando estudos concretos e diversas soluções propostas anteriormente para resolver tais questões. Entre estas, a reestruturação de ruas, os acessos à cidade, atenção aos espaços cívicos, além de outras questões. Não se trata, portanto, de uma resposta definitiva dos projetos propostos. A história da própria cidade poderia ser aprendida a partir das modificações que a transformavam em um novo cenário, através de ações como incorporação de monumentos, revisão de decoração, mudança de nomenclatura de ruas e manutenção do patrimônio.

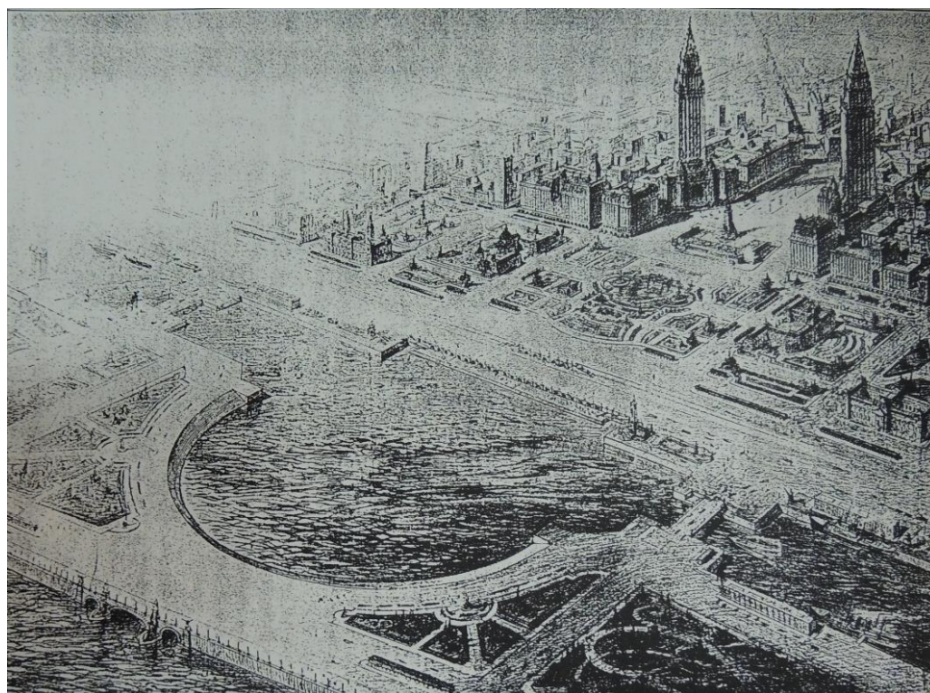
Alguns pontos são tidos como fundamentais para a Comissão. Dentre eles o de que toda a obra edílica de Buenos Aires como capital deveria sintetizar expressão

---

<sup>33</sup>A lei 8.871 Geral de Eleições, conhecida como lei Sáenz Peña de forma usual por ter sido sancionada durante o mandato do presidente com mesmo nome e impulsor da lei, foi sancionada em 1912 e estabeleceu sufrágio "universal", secreto e obrigatório para determinado padrão eleitoral. Cabe notar que o "universal" descrito na lei é restrito a homens argentinos nativos, não-pardos e de certo status. O voto feminino, por exemplo, só foi estabelecido no final da década de 40.



total do sentido estético que busca o progresso social e intelectual da nação. Para tal, seria necessário não só remodelar sua fisionomia tomando como base outras capitais mundiais, mas também edificar os valores argentinos e os pensamentos de seus habitantes. O conceito estético é tido como uma fonte de engrandecimento social e manifestação primordial para o progresso do país.



**Figura 1: Representação de uma das propostas de retomada do Rio da Prata no Projeto Orgânico**

O programa edílico da Comissão se baseia em pontos primordiais. Entre esses pontos, se destacam alguns, como a reconquista do rio, que consistiria em um esforço para recuperar as condições vantajosas trazidas pela localização privilegiada próxima ao Rio da Prata (figura 1). Algumas obras foram propostas visando a atender a esta demanda, como a construção de uma Grande Avenida Costeira e a abertura da parte central da Casa do Governo. Além disso, o programa se voltou para projetos como finalizar a construção das diagonais norte e sul, que seriam duas grandes artérias com valor prático e eminentemente artístico<sup>34</sup>. Estas vias facilitariam as comunicações nos bairros de maior trânsito e comércio, além de poderem ser pontos de comunicação com locais como a *Plaza Lavalle*, onde pretendiam se construir edifícios de grande importância e, talvez, uma praça destinada a alojar o grande palácio municipal, que se

<sup>34</sup>NOEL Carlos M.. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.14.



localizaria em local privilegiado<sup>35</sup>. Também as praças e passeios públicos receberam, nesse plano, grande atenção, em especial a *Plaza de Mayo*.

### **A Plaza de Mayo**

*“La comisión considera que dentro del plan general de obras edilicias, la reforma de la Plaza de Mayo debía tratarse especialmente, no sólo porque así corresponde a su importancia tradicional, sino porque debiendo ella mantener en el futuro su carácter de plaza principal, el estudio de su transformación debería tener como primera finalidad el de convertirla en un verdadero exponente de la grandeza nacional”*<sup>36</sup>

Entre os anteprojetos estudados pela comissão, como antecedentes para a remodelação, se destacam dois: o do arquiteto Moretti e o do arquiteto Maillart, que correspondem a distintas ideias<sup>37</sup>. O projeto de Moretti, além da importância arquitetônica dos edifícios circundantes, propõe a transferência da Casa de Governo, convertendo o espaço onde o prédio ficava em jardins, de modo a possibilitar a visão do rio, abrindo caminho entre ele e a praça e prevendo a ocupação da área por jardins. Já o projeto de Maillart propunha o alargamento da sede de governo, mantendo a antiga construção como núcleo central do edifício, localizando-a junto com o Ministério de Relações Exteriores ao leste e a criação de jardins que vinculariam toda esta área.

Ainda cabe notar outro ponto importante do projeto de Moretti desenvolvido em conjunto com o escultor Luigi Brizzolara: a ideia de um monumento comemorativo que representasse a Argentina e que pudesse, através de seus elementos alegóricos, conduzir a uma reconstituição do passado (figuras 2 e 3). Não uma reconstituição qualquer, mas de momentos específicos seguindo uma premissa de valorização da nacionalidade e, para isso, buscando momentos julgados como agregadores destes valores. O espaço público seria utilizado, portanto, como espaço pedagógico para se relatar a história da nação – aquela eternizada em grandes feitos como é o caso da Independência e seus heróis. O projeto tinha como cerne uma ideia de pátria e liberdade deixando clara que a escolha destes momentos envolvia uma seleção simbólica, material e, principalmente,

<sup>35</sup>Idênticas condições ao congresso (que se liga à praça por meio da Avenida de Mayo) e aos tribunais (que se liga à praça por meio da Avenida Diagonal Norte).

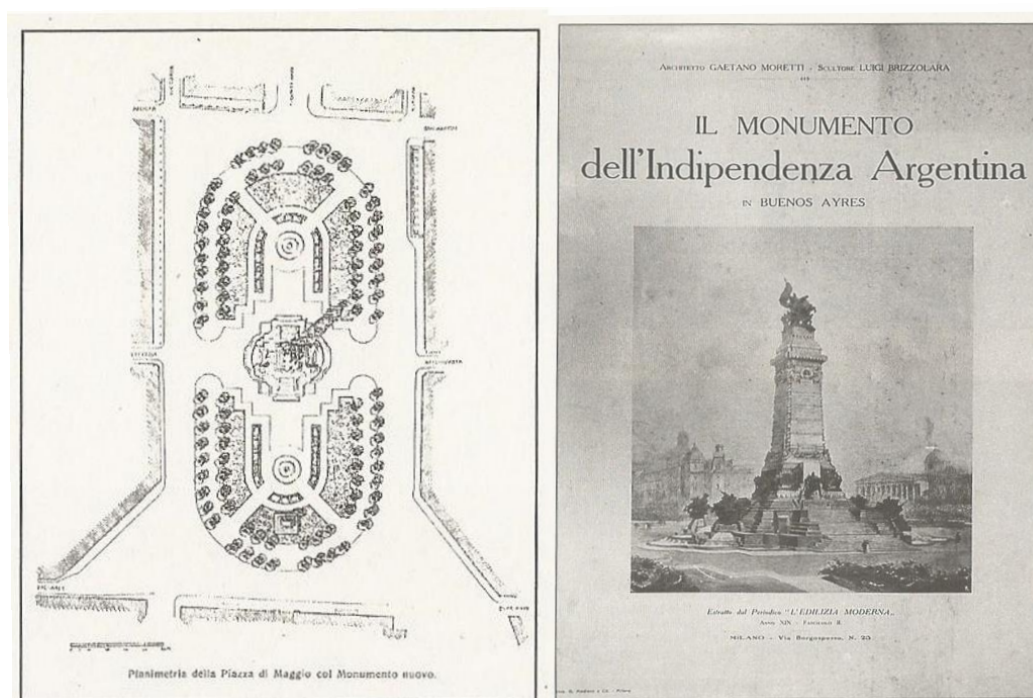
<sup>36</sup>NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.274

<sup>37</sup>SOLSONA, Justo; HUNTER, Carlos. *La Avenida de Mayo: Un proyecto inconcluso*. Buenos Aires, Nobuko, 1990, p.15.





ideológica<sup>38</sup>. O monumento proposto era considerado uma verdadeira alegoria a apoteose da Independência e foi pensado de maneira a se relacionar diretamente com o espaço circundante. Sua acentuada verticalidade o transformava em um projeto eloquente e efeito semelhante era gerado por seus elementos simbólicos como a presença de figuras femininas que representavam a glória cantando o Hino Nacional. As alegorias de pátria e liberdade se mostram centrais por serem consideradas mobilizadoras do povo a conquistar sua independência e, por isso, são sacralizadas de tal maneira no espaço físico que o passado se converte em objeto de devoção: é uma versão da história nacional que se baseia em um passado específico cristalizado – um passado de heroísmo, de luta pela pátria – mas, construído no presente para projetar certo triunfo.



**Figuras 2 e 3: Proposta de localização do monumento na Plaza de Mayo segundo proposta de Moretti e Brizzolara em conjunto com o folheto explicativo.**

Como se pode observar, o primeiro se buscou a ampla vista do rio, abrindo caminho até este e, no segundo, essa ideia se torna um tema secundário. Levando em conta a importância este problema, esteticamente ou economicamente, a comissão se dedicou a estudar soluções com o propósito de conciliar as duas tendências antagônicas e a sua possibilidade. A partir do estudo destes projetos, a comissão

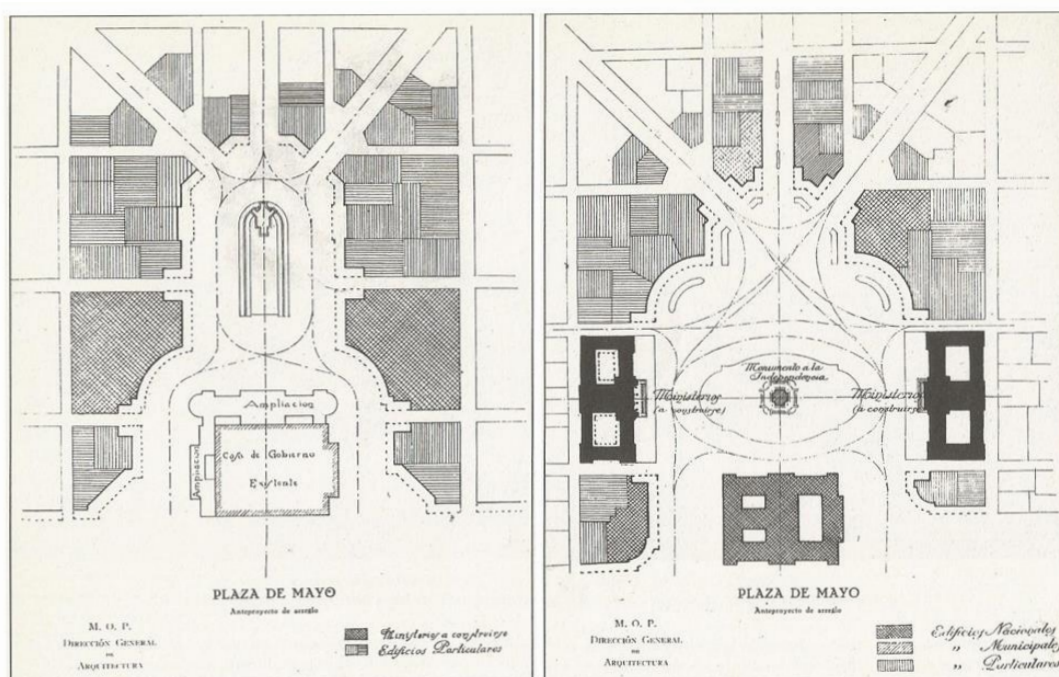
<sup>38</sup>O anteprojeto do arquiteto e do escultor italianos foi apresentado sobre o lema "*pro patria et libertate*" e estes ideais podem ser facilmente distinguidos no projeto.





formulou suas próprias alternativas, apresentando propostas que teriam “*a igualdad de valor artístico, exigieran menor costo*”<sup>39</sup>.

O projeto não foi só de embelezamento urbano, já que também propunha a divisão da cidade em seis zonas a partir dos bairros existentes e de acordo com uma classificação justificada de maneira funcional<sup>40</sup>. O plano continha projetos detalhados de remodelação para o centro, para o qual se buscava uma disposição regular e equilibrada deixando o “*sugestivo de lo imprevisto y pitoresco*” para os bairros<sup>41</sup>. Propunha muitas versões de remodelação para a *Plaza de Mayo*, onde localizavam-se edifícios históricos que seriam trasladados ou substituídos para permitir a vista para o rio que o centro nunca voltou a recuperar. Em todos os projetos se tratou de ampliar os escassos espaços verdes da cidade que eram insuficientes segundo as teorias urbanas da época.



**Figuras 4 e 5: Projetos preliminares baseados dos projetos de Maillart e Moretti que envolvem modificações na Casa de Governo e a incorporação de edifícios Municipais, Nacionais e Particulares ao redor da praça.**

A comissão trabalhou desde sua constituição em alguns pontos que diziam respeito à praça, assinalando o alto conceito estético que seria encarregado de acentuar a monumentalidade da cidade a partir da Casa de Governo rodeada de

<sup>39</sup>NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.277.

<sup>40</sup>RAPOPORT, Mario; SEOANE, María. *Buenos Aires, historia de una ciudad*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

<sup>41</sup>NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.293.



ministérios (figuras 4 e 5)<sup>42</sup>. A Praça era encarada como local onde se desenvolveu toda a vida da cidade na época colonial e que havia conservado seu caráter de praça principal da metrópole por alguns motivos essenciais, entre eles a conservação da residência oficial do poder executivo em seu entorno, que fez com que se mantivesse ali também como centro da vida oficial e das gestões do poder administrativo. Também caberia a mesma observação sobre a sede do Departamento Executivo Municipal, que constituía poderosos e grandes centros de atividades vinculadas com interesses gerais ou privados da população. A localização de grandes instituições bancárias em uma zona próxima concentrou também em suas imediações a atividade privada e oficial das operações econômicas. Como se não bastassem esses grandes centros atrativos, também se localizavam perto o Correio, a Bolsa, a Aduana, e outras que constituíam funções de diferentes ordens para toda a nação. A descentralização desse centro, se não impossível, era tida como de extrema dificuldade, porque não seria possível mudar a localização de algumas instituições devido à sua íntima vinculação e necessidade de manter próxima a zona portuária. Assim, a reforma da praça deveria ser tratada como ponto especial dentro do projeto.

Um primeiro estudo mostrou a manutenção da Casa de Governo, modificando apenas sua fachada e demolindo as linhas de edificação do eixo principal da praça. Buscava-se modificar as proporções da praça para que o monumento à Revolução de Maio fosse erigido em local apropriado. Essa solução não foi satisfatória, visto que exigia grandes custos e expropriações e construção de novos edifícios, além de manter uma praça fechada, na qual seria difícil conseguir a intenção primordial de grandeza e monumentalidade. Um outro projeto mostrou solução semelhante ao propor o corte do eixo leste-oeste da sede de governo e o alargamento de algumas ruas para modificar as proporções da praça e obter a vista para o rio.

Foram apresentadas outras variantes que buscam a manutenção da Casa Rosada, modificando só as fachadas ou ampliando até Oeste sobre a praça para que possa construir uma fachada monumental. Nenhum destes projetos assimilava completamente a ideia de recuperar a ampla vista do rio, não satisfazendo inteiramente a tal propósito ou não o alcançando da forma desejada. Mas a solução dos quatro projetos deveria obedecer a limitações impostas pelas proporções da praça, que não permitiriam conseguir os efeitos de grandiosidade e valor artístico

<sup>42</sup>BERJMAN, Sonia; GUTIÉRREZ, Ramón. "La plaza de Mayo: Escenario de la vida Argentina". *Cuadernos del Aguila*. Buenos Aires, Fundación Banco de Boston, 1995.



como em tal projeto. Por isso, depois do estudo inicial, a comissão encarnou a mudança, tomando a modificação ou supressão da casa de governo e também a modificação nas linhas do perímetro principal da praça, para retornar ao propósito antes enunciado.

A partir de então, um estudo propôs a modificação da parte oeste da praça, vinculando-a com a *Avenida de Mayo*<sup>43</sup> e as duas diagonais, mantendo as linhas de edificação em parte até chegar no alargamento na junção com as diagonais. A casa de governo seria reconstruída, limitando sua capacidade às dependências da presidência e do ministro de relações exteriores. Nos terrenos circundantes se construiriam novos edifícios para ministérios nacionais e suas dependências a partir de propriedades fiscais ou expropriação de outras. Essa transformação permitiria obter em todas as construções que constituiriam o limite da praça um conjunto harmônico, cuja importância seria regulada por grandes edifícios oficiais do governo e cujas proporções, estilos e outras características deveriam combinar com as da propriedade privada para manter o estilo arquitetônico.

Outro projeto mostrou variantes onde a Casa de Governo é trasladada, deixando suas outras características sem alteração. Ainda existem estudos nos quais se suprime totalmente a construção no local estabelecido até então e a localiza nas zonas de jardim. O grande monumento à Revolução de Maio<sup>44</sup> se localizaria no local antigamente ocupado pela Casa Rosada. De maneira geral, a CEE estimou que deveria mudar a disposição total a praça, reduzindo sua zona de jardins e aumentando a destinada a calçadas para o tráfico de veículos e pedestres – transformando-a em uma praça aberta sem perder a majestade e beleza, pois existiriam novas áreas de jardim previstas

A propriedade fiscal de alguns terrenos e a posse do Estado de outros permitiram contar com importantes espaços que facilitariam as soluções previstas. A comissão concluiu que, no caso especial da praça, sua missão devia se concretizar na preparação apenas de planos e anteprojetos que seriam complementados com informações e estudos necessários para garantir as soluções propostas, não chegando a preparar planos definitivos dos anteprojetos descritos, embora também tivesse

---

<sup>43</sup>Primeiro grande Boulevard da cidade que funcionava como eixo de ligação entre a *Plaza de Mayo* e a *Plaza del Congreso*.

<sup>44</sup>Desde o final do século XIX, dentre as obras que unificaram as antigas duas praças em uma só, buscou-se construir um monumento para representar o que eram considerados os grandes feitos da revolução.

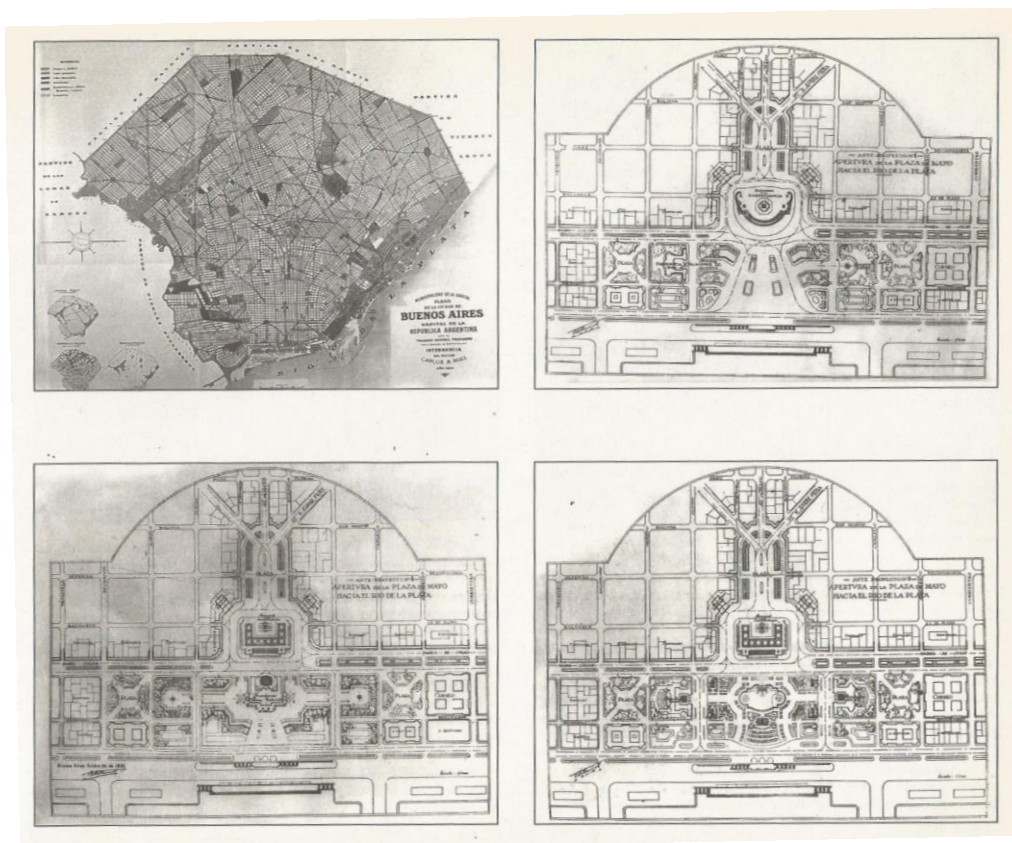


estudado essas diversas soluções de ordem artística e econômica a partir de croquis preliminares de caráter geral, chegando a deduzir que os últimos projetos poderiam se realizar dentro do propósito anunciado, em termos artísticos e arquitetônicos, além dos limites de custo, que não apresentavam grandes exageros. A comissão acreditava que o projeto definitivo para transformação deveria nascer do Poder Executivo Nacional, em conjunto com autoridades municipais, devendo ser objeto de grande estudo que não se enquadraria no que fora encomendado para esta.

Os primeiros estudos mantiveram a sede do governo em seu local, modificando apenas suas fachadas e alterando as edificações das ruas Rivadavia e Victoria, no eixo da praça, afim de modificar as proporções daquela área e possibilitar a desejada vista do rio. Alguns estudos sucessivos propuseram a modificação total ou mesmo a supressão deste edifício, transferindo-o e mudando as linhas perimetrais da praça. Uma das alternativas fazia confluir na ponta oeste da praça a *Avenida de Mayo* e as diagonais Norte e Sul, obtendo um espaço no qual se construiriam os edifícios dos ministérios. Sucessivamente, muitas propostas suprimiram totalmente esta construção, almejando deixar livre o extremo leste da praça e levando-a para as zonas de jardins, no sudeste. Simetricamente oposto, no Noroeste, se faria o Ministério de Relações Exteriores, sendo o antigo local ocupado pela Casa de Governo e por um monumento em memória da Revolução de Maio. Não só o destino da Casa de Governo necessitava de decisões, mas também o edifício da Catedral era tema de antigas discussões e passou por polêmicas sobre a sua necessidade de modificação completa ou traslado, que, segundo a Comissão, sem acontecer, não tornaria a transformação da praça possível (algumas propostas poder ser observadas nas figuras 6, 7, 8 e 9).







**Figuras 6, 7, 8 e 9: Proposta geral da Comissão e alternativas para a modificação da Plaza de Mayo.**

No que diz respeito à esfera técnica, o plano envolveu um estudo preliminar da história da própria cidade, que buscou a eficiência da circulação além de avenidas, passeio, praças monumentais e a cidade-jardim<sup>45</sup>. Da esfera pública, envolveu uma associação entre a municipalidade e governo federal e a própria Comissão na busca por um projeto conciliador entre propostas de distritos operários e a estética urbana – academicismo francês. O Projeto Urbano não estava respaldado realmente por nenhuma legislação que proveria os mecanismos necessários para sua aplicação. Mas, ainda assim, sua influência sobre o desenvolvimento urbano da capital foi considerável e muitas de suas ideias inspiraram transformações urbanas realizadas nas décadas posteriores ou retomadas em planos posteriores<sup>46</sup>. Na esfera da legislação, influenciou diretamente o Regulamento de Construções, sancionado em

<sup>45</sup>Um modelo de cidade concebido no final o século XIX que consiste em um cinturão verde cercado uma cidade autônoma, criando uma espécie de fusão entre campo e cidade.

<sup>46</sup>GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. *Buenos Aires 1536-2006: Historia urbana del Área Metropolitana*. Buenos Aires: Infinito, 2007.



1928 e o Código de Edificação de 1944, que entrou em vigor com o fim do primeiro<sup>47</sup>. Durante a vigência do Regulamento, foram construídos os primeiros arranha-céus da cidade, além de outras construções que, localizadas na área central, modificaram em termos de altura e nova arquitetura moderna a imagem tradicional da paisagem urbana.

O arquiteto Noel tinha claras preocupações por conciliar as ideias mecanicistas da modernidade com a persistência de valores e modos de vida tradicionais<sup>48</sup>, por ter participado de um momento singular, já que seu irmão era intendente da capital. Ele reivindicava a sensibilidade humanista a concepção de cidade que Camilo Sitte e Raymond Unwin vinham desenvolvendo, retomando uma vertente próxima da “cidade-jardim”. Estando comprometido com o campo artístico, Martín Noel fez uso da história como fonte de inspiração e da política como forma de sustentar o nacionalismo através da criação de monumentos públicos. O arquiteto levou a arquitetura como veículo portador de valores que colaborariam para formar o sentido histórico através de seus elementos, como uma prolongação da operação discursiva. Existia uma clara intenção de considerar as funções da cidade a partir de uma busca identitária. Os alcances da estética se vinculam com o papel pedagógico da valorização do passado como fundamental para a identidade da comunidade.

O culto à tradição pode ser facilmente observado nas tentativas de consolidação de espaços urbanos significativos, tais como a *Plaza de Mayo*, e em outras mudanças tangenciais que visavam a engrandecer a cidade e corroborar com um sentido monumental que vinha sendo buscado desde a década anterior, devido à comemoração do Centenário da Independência. A própria praça, nesse sentido, aparece como maior expressão da tentativa de formular uma identidade, pois até mesmo os objetivos de suas transformações estão calcados na sua importância e representatividade na história argentina – papéis estes que tal projeto buscava reiterar e consolidar. As escolhas feitas nas alterações no traçado e composição urbana demonstram a possibilidades de compreender estas atitudes também como políticas e analisar como esta materialização, como afirma Alan Colquhoun em

<sup>47</sup>LIMA, Vinicius Luz de; CAMPOS, Candido Malta. "Three plans for three emerging South American metropolises, 1923-1930: Plan Noel (Buenos Aires), Plano Agache (Rio de Janeiro) and Plano de Avenidas (São Paulo)". In: *15th IPHS Conference - International Planning History Society*, 2012, São Paulo. 15th IPHS Conference Proceedings. São Paulo: FAUUSP / Mackenzie / IAUUSP / PUCCAMP / FUPAM / SESC, 2012. v. 1. p. 1-18.

<sup>48</sup>GUTIÉRREZ, Ramón. "O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 — O aporte francês". *Arquitextos/Vitruvius*, n. 087.01, agosto, 2007.





consonância com as ideias de Schorske revela que não só a arquitetura, mas, como no caso do Projeto de 25, também as alterações urbanas operam dentro desta lógica. Colquhoun indica que as posições do presente estão sujeitas a um quadro de referências anterior que ajuda a perceber sua própria configuração constituindo conceitualmente a arquitetura<sup>49</sup>.

Embora as fontes analisadas aqui não permitam observar menções diretas do Projeto Orgânico a reformas arquitetônicas de estilo, essas mesmas posições podem ser percebidas nas alterações do traçado urbano. A reiteração do passado e de obras já realizadas em momentos específicos bem como de lugares particulares das cidades não acontece por acaso e demonstra a tentativa de incorporação de um papel pedagógico para estas realizações como a própria retomada dos projetos de Maillart e Moretti deixa claro ao revelar consonância entre as ideias buscadas agora e o que estas propostas anteriores significavam. Diversos pontos do projeto seguem essa vertente que busca educar e encara a arquitetura e o espaço urbano como possibilidades de materialização de um discurso: a construção de um sistema contínuo de avenidas para conectar espaços urbanos significativos, o agrupamento de edifícios administrativos para transformar novos espaços em centros monumentais e também os próprios lugares escolhidos como alvo de suas principais ações.

Estas propostas revelam a tentativa pedagógica de condicionar uma narrativa por meio da cidade, afinal as imagens materializadas em ambiente urbano são alimentadas por determinado repertório cultural sendo um ambiente de ideologias em disputa. As ideias nacionalistas dos projetos de Maillart e Moretti ao valorizarem a argentinidade propondo a criação de novos monumentos e a valorização de edifícios que simbolizam a nação, como a própria sede do governo, serviram também aos ideais do Projeto de 25 que, ao retomá-las, deixou claro que possuía objetivos similares. A missão educativa e pedagógica entendida deveria ter o alcance de narrar uma história nacional nos moldes pretendidos por determinado grupo e, consequentemente, atingia também a um objetivo maior que era o de conformar uma população heterogênea de que esta história já estava construída e finalizada não necessitando de novos atores – tentativa de minar as ações populares – e que os espaços da cidade eram possibilidades de apreensão da mesma.

---

<sup>49</sup>COLQUHOUN, Alan. "Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura." São Paulo: Cosac & Naify, 2002



O “*Plan Noel*”, como ficou popularmente conhecido deste então, não mobilizou um organismo técnico imediato para a aplicação de suas propostas. Entretanto, é evidente que estas influenciaram diretamente o Código de construção de 1928 e, em menor escala, o de Edificação de 1944. Os diferentes projetos apresentados para a *Plaza de Mayo* no projeto da Comissão apontam para reforçar seu caráter como centro político e simbólico. Ela funcionou como mediadora entre as possibilidades e aspirações políticas daqueles que encomendaram o plano e de pressões que operavam em diversos outros setores, como o intelectual, envolvendo especialistas que haviam discutido hipóteses de transformação para a cidade.

As críticas de Gerónimo de la Serna assinalam que a visão artística adquiriu mais importância do que os aspectos urbanísticos no projeto de 1925, completando que se tratava de uma exposição de ideias gerais e repetidas. De La Serna sustentava uma outra opinião para o edifício da Municipalidade (que deveria ficar sobre o eixo na nova Avenida), além de criticar a obsessão pela vista do rio e os gastos econômicos envolvidos nos projetos – defendendo a ideia da praça como centro administrativo e versando sobre a modificação da Catedral, propondo melhorias para sua fachada<sup>50</sup>. Eduardo Schiaffino e suas opiniões também tiveram forte repercussão na opinião pública, pois indicavam uma unidade de estilo desde a época colonial que exigiria a demolição de tudo construído depois por ser considerado de qualidade artística inferior<sup>51</sup>. Para tal, defendeu o edifício do *Cabildo*, aceitou a parcial demolição da Casa Rosada e propôs a eliminação do pórtico da catedral. Benito Carrasco defendia em críticas publicadas no *La Nacion* entre os anos de 1923 e 1926 a descentralização dos edifícios públicos, propondo a conversão da praça em local de contemplativo, na noção de praça-jardim, criticando a comissão como uma equipe de sonhadores<sup>52</sup>. Jorge Hardoy propôs, ainda na década de 20, melhorias na região da praça e sua comunicação com a cidade<sup>53</sup>. Sua ousada proposta previa a demolição da Casa Rosada e a construção da antiga *recova* para responder a novas exigências, limitando novamente a praça em duas.

<sup>50</sup>Disquisiciones edilicias referentes al Proyecto de la Municipalidad para la Urbanización del Municipio. Centro Nacional de Ingenieros, Buenos Aires, 1927.

<sup>51</sup>As opiniões de Schiaffino foram sintetizadas em seu livro nomeado Urbanización de Buenos Aires de 1927

<sup>52</sup>Algunas consideraciones sobre la urbanización de ciudades. Buenos Aires, los Amigos de la Ciudad, 1927: compilação de notas publicadas em La Nación (Buenos Aires) 1 de diciembre de 1923 y 29 de agosto ed 1926

<sup>53</sup>Consideraciones sobre urbanización de la ciudad de Buenos Aires. In: Revista de Arquitectura (Buenos Aires) nº 83 noviembre de 1927.



As disputas e negociações que perfaziam o plano eram evidentes e demonstravam questões políticas que se expressam em termos de formas de intervenção na cidade. Organizar um programa de reformas urbanas se relaciona não apenas com a estética, mas com conciliações e condicionamentos que a política determina. Alguns temas cruciais do urbanismo foram deixados de lado no processo de construção do plano ou, embora citados, acabaram recebendo pouca atenção, como é o caso da habitação e da moradia. Estas ausências demonstram escolhas políticas e formam parte da própria construção necessária para operar um plano de tal expressão.

## Conclusão

Como observamos, o Projeto Orgânico é proposto como um conjunto de projetos que constituem um estudo preliminar para a elaboração efetiva e posterior de um Plano Regulador que considera a extensão do território como um fenômeno dentro do crescimento da cidade de Buenos Aires. O que se buscava era, portanto, uma reestruturação urbana a partir de alguns pontos como a recuperação do rio e uma conciliação entre o antigo e o novo a partir de uma busca por uma cidade equilibrada. Entretanto, este plano deve ser compreendido como produtor de significados políticos e sociais.

Este momento representa, como afirmou Adagio, a consagração do arquiteto como um artista urbano, já que as cidades demonstram precisar mais do que simples agentes técnicos, mas também da construção de sistemas simbólicos que expressem em formas materiais ideias que perfazem seu imaginário<sup>54</sup>. Essa necessidade de expressão dos valores da sociedade já vinha sendo discutida nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos desde o começo da década de 1920, enfatizando o poder da disciplina como expressão de símbolos.

O espaço urbano se tornava alvo da política mediante ações que representam a consolidação de posturas ideológicas, como incorporação de monumentos, revisão de decoração, mudança de nomes de ruas e praças, dentre outros. A arquitetura aparece, portanto, como elemento que colaborou para fortalecer a alma nacional e que

<sup>54</sup>ADAGIO, Noemí. "El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)". *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999.



ampliou o raio de ação destes ideais, sendo convertida em veículo portador de valores. Muitas linguagens são mobilizadas para dar voz a esse projeto e para materializar uma ideologia do que significaria ser argentino, como as educacionais, estéticas, artísticas, etc<sup>55</sup>. O projeto de 25 nos permite pensar essa materialização a partir das reformas urbanas pensadas nas suas variadas propostas de intervenção que totalizaram oito projetos adicionais aos primeiros enfatizando a construção de grandes conjuntos de edifícios como referências para qualificar uma cidade em crescimento. Mesmo que a proposta incorpore novas temáticas que não estavam em questão na época do centenário (como habitações proletárias, problemas na urbanização), perpetua um projeto de elementos que estruturam a complexidade da cidade como as praças, centros cívicos e espaços verdes, rede viária.

As disputas que envolvem o fenômeno urbano são latentes e acompanham, a todo momento, a transformação das cidades. O projeto orgânico de 1925 expôs as tensões ideológicas e políticas que predominavam no debate da época quanto a maneira que deveria se regular o crescimento da própria cidade. O espaço urbano se perpetuou como alvo da política mediante ações que representaram a consolidação de algumas posturas ideológicas já que o documento sintetizou uma intensa negociação entre diversos setores sobre a maneira de pensar a cidade já que posições foram debatidas e enfrentadas constantemente, demonstrando a relação conexa entre a dimensão política e as intervenções urbanas.

A apresentação de algumas destas tensões nos ajuda a compreender as ideias urbanísticas que estavam no centro de debate no período. Estas propostas são expressões que permitem compreender como estas ideias influenciaram direta ou indiretamente a concepção que a própria sociedade tinha da praça, que foi pensada com ideais essenciais para a construção da própria identidade dos argentinos. Neste momento, no qual diversos atores e pensamentos se voltam especificamente para a cidade como campos de intervenção e, especificamente, também para a *Plaza de Mayo*, originaram-se disputas políticas que se materializaram nas ideias de intervenção urbana. Este projeto é permeado pelas ideias nacionalistas que buscam a perpetuação da praça como centro cívico não só da cidade, mas também o país. Entretanto, ele envolve constantes embates e negociações que deixam claro que o

---

<sup>55</sup>BONICATTO, Virginia. "La materialización de una imagen nacional: Ricardo Rojas en la arquitectura argentina". *Boletín de Estética*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Filosóficas/Programa de Estudios em Filosofía del Arte. Año 6, n.15, dez.2010-mar.2011, p.3-29.



espaço urbano se configura a partir destas disputas e que é em resposta às próprias mudanças políticas que a sociedade e a cidade vão se delineando.

## Referências Bibliográficas

ADAGIO, Noemí. “El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)”. *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999.

ALMANDOZ, Arturo(org). *Planning Latin America’s Capital Cities – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.59-83.

BERJMAN, Sonia. *La plaza española en Buenos Aires, 1580-1880*. Buenos Aires: Kliczkowski, 2001.

BERJMAN, Sonia. GUTIÉRREZ, Ramón. *La plaza de Mayo: Escenario de la vida Argentina. Cuadernos del Aguila*. Buenos Aires, Fundación Banco de Boston, 1995.

BONICATTO, Virginia. “La materialización de una imagen nacional: Ricardo Rojas en la arquitectura argentina”. *Boletín de Estética*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Filosóficas/Programa de Estudios em Filosofía del Arte. Ano 6, n.15, dez.2010-mar.2011.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

GORELIK, Adrian. “Celebración y representaciones de la ciudad”, In: *La grilla y el parque espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Quilmes, UNQUI, 1998.

\_\_\_\_\_. O romance do espaço público. In: *Arte & Ensaios*, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.



GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. *Buenos Aires 1536-2006: Historia urbana del Área Metropolitana*. Buenos Aires: Infinito, 2007.

GUTIÉRREZ, Ramón. "O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 — O aporte francês". *Arquitextos/Vitruvius*, n. 087.01, agosto, 2007.

\_\_\_\_\_. Buenos Aires: *Evolución Urbana, 1536 - 2000*. Buenos Aires: CEDODAL - Librería Concentra, 2014.

LIERNUR, Jorge Francisco.; PSCHÉPIURCA, Pablo. *La red austral. Obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en la Argentina (1924-1965)*. Buenos Aires: Prometeo, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

LIMA, Vinicius Luz de. CAMPOS, Candido Malta. "Three plans for three emerging South American metropolises, 1923-1930: Plan Noel (Buenos Aires), Plano Agache (Rio de Janeiro) and Plano de Avenidas (São Paulo)". In: 15th IPHS Conference - International Planning History Society, 2012, São Paulo. 15th IPHS Conference Proceedings. São Paulo: FAUUSP / Mackenzie / IAUUSP / PUCCAMP / FUPAM / SESC, 2012. v. 1. p. 1-18.

LLANES, Ricardo. Antiguas Plazas de la Ciudad de Buenos Aires. *Cuadernos de Buenos Aires* 48. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1977.

LOBATO, Mirta Zaida (Ed.). *Buenos Aires: manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

NOEL, Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925.

NOVICK, Alicia; FAVELUKES, Graciela. *Plaza*. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; DE LILLE, Laurent Coudroy; D'ARC, Hélène Rivière (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. 1ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

NOVICK, Alicia. "Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)". *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.

PROCHASSON, Christophe. "Emoções e política: primeiras aproximações". *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n.34, 2005.





RAPOPORT, Mario; SEOANE, María. *Buenos Aires: historia de una ciudad*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

SCHORSKE, Carl: *Viena Fin-de-siècle*, São Paulo: Cia das Letras, 1989

\_\_\_\_\_. Museu em espaço contestado: a espada, o cetro e o anel. In: *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SPROVIERI, Eduardo Juan. *Historia de las ciudades en busca del suelo perdido*. Buenos Aires: Diseño, 2014.

SOLSONA, Justo; HUNTER, Carlos. *La Avenida de Mayo: Un proyecto inconcluso*. Buenos Aires, Nobuko, 1990.

